



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 638651 - SP (2021/0001475-7)

RELATOR : **MINISTRO RIBEIRO DANTAS**
IMPETRANTE : TIAGO ZIURKELIS MAFALDO
ADVOGADO : TIAGO ZIURKELIS MAFALDO - SP413871
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : RAFAEL DA SILVA GOMES (PRESO)
PACIENTE : GUILHERME SILVA DE SOUSA (PRESO)
PACIENTE : IGOR DA SILVA ALFREDO (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de RAFAEL DA SILVA GOMES em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO (HC n. 2264055-44.2020.8.26.0000).

Informa que o paciente foi preso em flagrante, no dia 21/9/2020, pelo cometimento, em tese, do crime tipificado no art. 157, § 2º, inciso II, do Código Penal. No mesmo dia, foi convertida em preventiva a prisão em flagrante.

O impetrante sustenta que a inexistência de justa causa para a prisão do paciente, ao argumento de que, "diante da fragilidade da fundamentação, não há qualquer razão para se afirmar que as demais medidas cautelares não sejam suficientes por simples suposto no risco da aplicação da lei" (fls. 10-11).

Requer, liminarmente e no mérito, a colocação dos pacientes em liberdade até o julgamento do presente *writ*.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas

preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 08 de janeiro de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS

Presidente